



“DIÁLOGOS INTERDISCIPLINARES DA ANTROPOLOGIA”

Organizadores: Noêmia Moura/UFMG/MS/BRASIL - noemiamoura@ufgd.edu.br

Alexandre Coello/UPF/BARCELONA/ESPANHA - alex.coello@upf.edu

Este dossiê pretende apresentar algumas reflexões e estudos que confirmam que a antropologia e a história, como disciplinas, podem ser separadas, mas não as sociedades que estudam (Alexandre Coello de la Rosa e Josep Luís Mateo Dieste, Louvor da antropologia histórica: abordagens, métodos e aplicações para o estudo do poder e do colonialismo, Zaragoza: Prensas da Universidade de Zaragoza e UOC, 2016, p. 26). Em 1929, Marc Bloch e Lucien Febvre reconheceram a "especialização legítima" daqueles que cultivavam laboriosamente seu próprio jardim. No entanto, eles reconheceram claramente os benefícios de uma colaboração mais frutífera entre instituições humanas e sociais, apesar do fato de que "as paredes são tão altas que muitas vezes escondem a visão" (Annales d'histoire économique et sociale, 1, 1929, pp. 1-2). A partir de suas origens, a relação entre antropologia e ciências humanas, principalmente a história, oscilou.

No século XIX, as mudanças parecem centrais para os grandes pensadores clássicos das ciências sociais. A emergência da sociedade industrial, a transição para a modernidade, a formação de impérios levantaram muitas indagações para autores como Karl Marx, Max Weber e Émile Durkheim. Certamente, com base na filosofia da história a maioria deles, como Marx ou Durkheim, iniciados a partir de visões lineares de tempo, princípios evolutivos compartilharam a própria ideia de progresso. Nesse cenário, significativos, são os exemplos explicativos da transição de sociedades tradicionais baseadas em laços comunitários para sociedades modernas baseadas em noções de estruturas individuais de estratificação social. Para entender esta divisão arbitrária entre antropologia e história, é necessário desenvolver tanto pressupostos teóricos quanto os fundamentos filosóficos de dois paradigmas diferentes, bem como os aspectos políticos e históricos que os constituíram. Nas palavras de Eric R. Wolf (Europa e Pessoas sem História, 1982), torna-se importante repensar sociedades e culturas como unidades separadas, mas como parte de uma história comum.



Nas últimas décadas, a antropologia intensificou os diálogos com outras disciplinas (geografia, sociologia, história da arte, dentre outras). As obras clássicas de Marshal Sahlins têm sido fundamentais na análise da mudança e do tempo na antropologia. Em "Outras vezes, outros costumes" (1983), Sahlins insistiu em refletir sobre como a idéia da história é culturalmente construída. Em *Islands of History* (Chicago, 1985), Sahlins argumentou que a cultura e a história não podem ser analisadas como entidades distintas. Os regimes culturais (cultura) funcionam por uma reavaliação na prática e ação (história), e a estrutura também é um objeto histórico. Suas propostas teóricas, em torno das idéias de antropologia e história, se concentraram em uma série de abordagens como a "revalorização funcional de categorias", para mostrar que os nomes antigos que estão nos lábios de todos adquirem conotações longe de seu significado original (Coello & Mateo Dieste, *Louvor à Antropologia Histórica*, p.85).

Da mesma forma, o trabalho de Jean e John Comaroff é rico e complexo. Compreende um grande número de monografias sobre a África do Sul, o mundo colonial e capitalista contemporâneo e as contribuições teóricas que recuperam o sentido humanista da disciplina, sem renunciar ao rigor das ciências sociais, às contribuições dos clássicos e à reflexão sobre o problema de mudança e relações de poder.

Um dos seus estudos mais relevantes sobre o processo histórico é um trabalho publicado em dois volumes, sobre revelação e revolução, que reconstruiu a noção de hegemonia e sua efetividade social como forma não consciente, inserida no mundo dado como garantida. Em todo o seu trabalho, há uma linha de enredo que liga as análises locais aos principais processos globais, como expuseram na análise do mundo capitalista do final do século XX ou das formas que a violência e o Estado adquirem no mundo pós-colonial. Este é também o caso de um trabalho recente sobre as novas etnias e sua adaptação ao capitalismo, comentado por Alexandre Coello no artigo final do nosso dossiê.

Entre suas numerosas obras, ele destaca uma ambiciosa proposta que foi apresentada na introdução da *Etnografia e da Imaginação Histórica* (1992). Confrontado com a "deriva pós-moderna", o que reduz a antropologia para uma dimensão textual, privando-os de qualquer valor cognitivo, Jane e John Comaroff refletem sobre como



construir uma ciência antropológica na história e como continuar a tomar-se as contribuições de observação direta. A questão é precisamente como fazer etnografias do mundo contemporâneo que nos permita compreender "as práticas que constituem a ação social".

O grande paradoxo é que esta etnografia que evidenciou o etnocentrismo e os falsos universalismos ocidentais também acompanhou em muitos casos a expansão colonial. Mas o trabalho etnográfico é inerentemente paradoxal, uma vez que deve reconhecer a presença do sujeito da pesquisa (Coello & Mateo Dieste, Louvor da antropologia histórica, pp. 91-98). Seguindo os passos desses "mestres do pensamento antropológico", o objetivo deste estudo, portanto, é reunir pesquisas-escritos que têm como foco os vínculos da antropologia com as populações humanas, privilegiando a (re) produção de confecções (interdisciplinar) sobre povos indígenas do Brasil e de outros países.

Além do diálogo com a História, o campo interdisciplinar ampliou-se para abranger o significado das políticas públicas para os povos indígenas no âmbito da educação, da saúde, da assistência e de outros setores. O campo da interdisciplinaridade se apresenta fértil. Entretanto, não podemos deixar de relativizar a "tranquilidade" desse diálogo, pois muitos são os desafios que se colocam. A maioria dos antropólogos que propõem a metodologia interdisciplinar a partir da perspectiva da Antropologia e da imersão na educação, saúde ou outra área, evidencia que o maior desafio é "deixar o terreno mais seguro da análise teórica, que produz conhecimento sobre diferentes grupos e realidades sociais, para enfrentar o campo da ação (...)" (JEOLÁS, 2010, p. 10). Portanto, a maior preocupação se encontra no campo teórico-metodológico.

Nesse dossiê, estamos trazendo algumas produções perpassadas pelo diálogo da antropologia com a história e, da educação, sociologia e história com a antropologia. Em sua maioria, os artigos são atravessados por conceitos e categorias que transitam entre as áreas produzindo uma análise híbrida. Os dois primeiros trazem uma discussão sobre a interdisciplinaridade entre áreas como a antropologia e a história. Os três seguintes fazem análises sobre processos de territorialização, territorialidades e relações pontuais com o estado e os povoadores não indígenas nos estados de Tocantins, Rondônia e, por último, mas não menos importantes dois artigos que debatem a política



de formação de professores indígenas e o currículo específico na educação escolar indígena.

O artigo de Alexandre Coello Rosa, da Universidade Fabra Pompeu, de Barcelona, Espanha, abre o dossiê apontando as análises sobre o multiculturalismo a partir de duas obras, a saber: Randi Gressgård, *Multicultural Dialogue. Dilemmas, Paradoxes, Conflicts* (2010); e el libro de John and Jean Comaroff, *Ethnicity, Inc* (2009). Em sua análise o autor dialoga com Baumann (1996) e parte do pressuposto que multiculturalismo é (...) um fenomeno relacionado com ideologias e políticas estatais que promovem a interação e comunicação dos grupos étnico de uma mesma sociedade.

Noêmia Moura & Rosalvo Ortiz, ambos vinculados à Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), apresentam no artigo “Entre a Antropologia e a História: Alguns Pressupostos Teórico-Metodológicos no Estudo das Religiosidades Terena” e se propõem a evidenciar os pressupostos teórico-metodológicos que vem orientando seus estudos sobre religiosidades Terena, nos últimos anos. Enredados pelos conceitos de apropriação e *terenização* do cristianismo retratam o protagonismo dos sujeitos históricos Terena, que se reproduzem como sociedade, através dos religiosos não indígenas e de suas instituições cristãs, recrutando os brancos para sua própria continuidade.

Carlos Alexandre Barros Trubiliano, docente da Universidade de Rondônia (UNIR) em seu artigo “Apontamentos sobre a economia da borracha: a exploração da mão de obra indígena em Rondônia” apresenta alguns apontamentos sobre a exploração da mão de obra indígena na formação dos seringais em Rondônia, a expansão das relações capitalistas na região amazônica e os impactos desse processo para as populações indígenas rondonienses.

Eliaquim Timóteo da Cunha, estudante de doutorado em antropologia da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), traz o artigo “Um trecho do grande cerco de paz: História indígena, escrita da tutela indigenista e historiografia dos pioneiros”, no qual apresenta a problemática inicial de sua pesquisa sobre a participação do Serviço de Proteção aos Índios SPI na formação de Rondônia e discute a quase ausência dos povos indígenas nesses registros.



Em “Territorialidade e Demarcação de Terras Indígenas no Tocantins: O Histórico Dos Karajá Do Norte” a estudante de mestrado Daíse Alves e a professora Martha Vieira, ambas da Universidade Federal do Tocantins (UFT), produzem no intuito de analisar a demarcação da Terra Indígena Xambioá no Estado do Tocantins e demonstrar como o governo brasileiro ignora a territorialidade indígena e dificulta a regularização das suas terras.

Eliciel Freire de Salles, especialista em Antropologia pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, contribui com o artigo “‘Os Indígenas São Complicados’: Uma análise da situação carcerária de apenados indígenas em Naviraí-MS”, no qual apresenta a análise sobre os processos de criminalização de indígenas, sobretudo aqueles reclusos na penitenciária de segurança máxima de Naviraí-MS. Aponta como o sistema jurídico estatal positivado, ao invés de trazer a paz social, tem produzido e naturalizado violências interétnicas, negando a pluralidade que se poderia dar pelo direito consuetudinário.

Jaqueline Barbosa da Silva, professora da Universidade Federal do Pernambuco em “Formação, Pesquisa e Práticas no Contexto da Educação Escolar Indígena: As Ações do Pibid Diversidade no Povo Xukuru do Ororubá” pretende desnaturalizar os olhares viciados pela modernidade, pela colonialidade e pelo capitalismo. E evidencia as ações de intervenção em desenvolvimento pelo público do Pibid Diversidade, no povo Xukuru do Ororubá, tais como os processos aprendentes, formativos e paritários que se inter-relacionam a vida das comunidades indígenas com a construção do conhecimento, reunindo escola e comunidade de modo singular e diferenciado.

O artigo “Reflexões Sobre O Ensino de Língua Portuguesa em Contexto Indígena” escrito por Marina Oliveira Barboza, mestre em Letras e doutoranda da Universidade Estadual de Londrina (UEL), fecha o dossiê apresentando os resultados da pesquisa que teve como finalidade diagnosticar, compreender e refletir sobre o ensino de língua portuguesa no contexto bilíngue em uma escola indígena de uma reserva indígena da região de Dourados/MS. Parte da premissa que a língua caracteriza-se como objeto de poder e identidade de um povo, entretanto, no contexto indígena estudado, a imposição do português como língua única está muito presente.



Agradecemos imensamente as contribuições dos autores e a atenção dos leitores para os quais esse periódico foi elaborado.